

**LINHA DE  
CHEGADA**

**PMPB**

**DIREITO PENAL  
PROCESSUAL PENAL**



# DIREITO PENAL

1. Porfírio encontrava-se em um ponto de ônibus aguardando a condução para retornar à sua residência, quando foi abordado por Flávio e Eduardo que, armados, anunciaram o assalto. No momento em que Flávio começa a subtrair os pertences de Porfírio, este reage, entrando em luta corporal com os criminosos, ocasião em que é alvejado por um disparo de arma de fogo disparado por Eduardo, morrendo no local. Flávio e Eduardo fogem na sequência sem nada subtraírem da vítima. Diante do caso hipotético acima mencionado, Flávio e Eduardo praticaram, em tese, o(s) crime(s) de

**A)** latrocínio.

**B)** roubo tentado e homicídio consumado.

# DIREITO PENAL

- C) homicídio consumado.
- D) roubo tentado e extorsão seguida de morte.
- E) roubo tentado e lesão corporal seguida de morte

# DIREITO PENAL

2. De acordo com o Código Penal, se o resultado da lesão corporal for grave, o autor do crime estará sujeito à pena de reclusão de dois a oito anos na hipótese de

**A)** incapacidade para as funções habituais, por mais de trinta dias.

**B)** incapacidade permanente para o trabalho.

**C)** perigo de vida.

**D)** debilidade permanente de membro, sentido ou função.

**E)** aceleração de parto.

# DIREITO PENAL



**3. Assinale a alternativa que indica a presença de uma qualificadora do crime de homicídio.**

**A)** Crime cometido por razão de relevante valor moral

**B)** Crime praticado durante o repouso noturno

**C)** Crime praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino

**D)** Crime praticado sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima

**E)** Crime impelido por motivo de relevante valor social

# DIREITO PENAL

4. Acerca do crime de furto privilegiado, assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

**A)** É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa.

**B)** É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

# DIREITO PENAL

5. Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que a conduta de “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”, tipifica o seguinte crime:

**A)**prevaricação.

**B)**concussão.

**C)**corrupção passiva.

**D)**corrupção ativa.

**E)**peculato.

# DIREITO PENAL



6. Um dos crimes contra a administração pública é o peculato. É correto afirmar que o peculato é definido como o crime de:

**A)** Apropriação por parte do funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

**B)** Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

# DIREITO PENAL



**C)**Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.

**D)**Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.

**E)**Retardar, deixar de praticar ou praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

# DIREITO PENAL

7. João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá

- A) apenas por lesões corporais.
- B) apenas por tentativa de homicídio.
- C) por rixa e disparo de arma de fogo.
- D) por lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.
- E) por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

# DIREITO PENAL

8. Em relação ao dolo o Código Penal adota as teorias:

A) Da vontade e do assentimento.

B) Da vontade e da cognição.

C) Da representação e do assentimento.

D) Da probabilidade e da cognição.

# DIREITO PENAL

9. Rivaldo ateou fogo em seu apartamento para receber o seguro correspondente. No entanto, não conseguiu sair do imóvel pelas portas e tentou escapar pela janela, com a utilização de uma corda, juntamente com a sua empregada Nair. A corda começou a romper-se e, em face da existência de perigo atual e inevitável para sua vida, fez Nair desprender-se da corda, cair e morrer, o que permitiu que descesse até o solo. Nesse caso, Rivaldo

**A)** não agiu em estado de necessidade, porque era razoável exigir-se o sacrifício do direito próprio em situação de perigo.

**B)** agiu em estado de necessidade, porque não podia de outra forma salvar-se da situação de perigo.

# DIREITO PENAL

**C)** não agiu em estado de necessidade, porque a situação de perigo foi provocada por sua vontade.

**D)** agiu em estado de necessidade, porque o perigo era atual e inevitável.

**E)** agiu em estado de necessidade, porque o perigo era eventual e abstrato.

# PROCESSO PENAL

9. Tendo em conta as disposições do Código de Processo Penal, a respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

**A)**Instaurado o Inquérito Policial, tanto o investigado quanto a vítima poderão requerer diligências, que deverão ser realizadas pela Autoridade Policial.

**B)**Nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, a Autoridade Policial poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicação que disponibilizem os meios técnicos adequados que permitam a localização da vítima.

# PROCESSO PENAL



**C)** A Autoridade Policial não pode determinar o arquivamento do Inquérito Policial, sendo certo que uma vez arquivado por determinação da Autoridade Judicial, somente poderá iniciar novas pesquisas se houver notícias de provas novas.

**D)** Instaurado o inquérito policial, a Autoridade Policial poderá requisitar de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada dados e informações cadastrais da vítima e de suspeitos, independentemente do crime investigado.

**E)** Sempre que tomar conhecimento de fato criminoso, a Autoridade Policial determinará, de ofício, a instauração de inquérito policial, restando, no entanto, a continuidade da investigação condicionada à manifestação da vítima, em se tratando de crime de ação penal privada.

# PROCESSO PENAL

10. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

**A)** O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**B)** A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá, por fim, a apuração das infrações penais e da sua autoria.

# PROCESSO PENAL

- C)** O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- D)** O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será necessariamente realizada.
- E)** Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL



Art. 13-B. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, sinal significa posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL



§ 2º Na hipótese de que trata o **caput**, o sinal:

I - não permitirá acesso ao conteúdo da comunicação de qualquer natureza, que dependerá de autorização judicial, conforme disposto em lei;

II - deverá ser fornecido pela prestadora de telefonia móvel celular por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período;

III - para períodos superiores àquele de que trata o inciso II, será necessária a apresentação de ordem judicial.

# PROCESSO PENAL

11. Acerca da *prisão em flagrante*, assinale a afirmativa correta.

**A)** O juiz deverá relaxar a prisão se houver possibilidade de impor medida cautelar alternativa ao indiciado.

**B)** Qualquer pessoa tem o dever de prender alguém que seja surpreendido em flagrante delito, salvo se isso implicar risco desproporcional para si ou para terceiros.

# PROCESSO PENAL

- C)** É lícito adentrar uma casa sem o consentimento de seus moradores, em caso de flagrante delito.
- D)** É reservado ao juiz o poder de arbitrar fiança para a soltura de pessoa presa em flagrante.
- E)** O flagrante delito é o único motivo admissível para a prisão de alguém sem ordem judicial.

# PROCESSO PENAL

12. Acerca da prisão em flagrante e da prisão preventiva:

**A)** todo cidadão tem o dever legal de prender quem quer que esteja em flagrante delito.

**B)** a prisão preventiva é cabível nos casos de furto simples, ainda que o acusado seja primário e de bons antecedentes.

# PROCESSO PENAL



- C)**a decretação da prisão preventiva será obrigatória nos casos de roubo seguido de morte.
- D)**a prisão preventiva, quando decretada pelo Delegado de Polícia, poderá ter sua duração de, no máximo, 30 dias, improrrogáveis.
- E)**denomina-se flagrante impróprio quando o agente é perseguido, logo após os fatos, por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor do delito.

# PROCESSO PENAL



## 13. ASSINALE NAS ASSERTIVAS ABAIXO QUAL TRADUZ CORRETAMENTE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE IRREAL.

- A)** O agente é preso logo depois de cometer a infração com instrumentos, armas ou objetos que faça-se acreditar ser ele o autor da infração.
- B)** Há perseguição logo após o cometimento da infração em situação que faça presumir a autoria.
- C)** Ocorre quando o flagrante torna-se “crime impossível” devido a ação da autoridade policial, que impede que o crime se realize.
- D)** Ocorre quando a autoridade instiga o agente ao delito para o fim de efetuar sua prisão em estado de flagrância, mas impede que o delito se consuma.

# PROCESSO PENAL

14. De acordo com a legislação pertinente, caberá prisão temporária para o agente dos crimes de

**A)** aborto, estupro e lesão corporal gravíssima.

**B)** homicídio doloso, estupro e sequestro ou cárcere privado.

**C)** quadrilha ou bando, lesão corporal e induzimento ou instigação ao suicídio.

**D)** furto e invasão de domicílio.

**E)** estupro, epidemia com resultado de morte e aborto.

**LINHA DE  
CHEGADA**

**PMPB**

**DIREITO PENAL  
PROCESSUAL PENAL**

